

# ATA DA 99ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas e trinta minutos, em segunda chamada, deu-se o início da 99ª reunião extraordinária do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí – CMGDT, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Comunicação Social – SECOM, na Prefeitura de Itajaí, situada na Rua Alberto Werner nº 100, Vila Operária, neste Município, onde se fizeram presentes os seguintes conselheiros, representando suas respectivas entidades: o Presidente do CMGDT, Rodrigo Lamim e Rafael da Silveira Santos Albuquerque – representando a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), Giovanni Felix - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda, Valdete Cardoso – Secretaria de Habitação, Mauro Renato Marcelino – Secretaria da Fazenda, Evandro Neiva de Oliveira – Secretaria de Turismo, Robson Allan Costa – Secretaria de Segurança, Patrick Soares – FAMAI, Nei Dionísio Locatelli – SEMASA, Flávia Cristina Fanta Sehn – Associação dos Moradores do km 12, Baía e Paciência, Josemar Siemann – Associação dos moradores do bairro São João, Márcia dos Santos Radziwill – Associação dos moradores do BNH, Maria Inês Freitas dos Santos – Associação dos Moradores de Cabeçadas, Amanda Schneider – UNIBRAVA, Eduardo Luís Agostini da Silva – Sindicato da Indústria da Construção Civil dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (SINDUSCON), Carolina Schmanech Mussi – Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

**I – abertura e informes da presidência:** O Presidente agradeceu a presença de todos e logo após, apresentou os convidados: Engenheiro Marcelo Faria Zimmer – SMU, Sr. Auri Antônio Pavoni – Assessor especial do Prefeito de Itajaí, Dra. Jade Martins Ribeiro – S EPOG e o Arquiteto Ricardo Rebello. O presidente solicitou autorização para que os convidados tivessem direito a se pronunciar caso necessário, o que foi autorizado por unanimidade;

**II – aprovação da pauta:** O Presidente trouxe o assunto pautado na convocação que foram os seguintes: - apresentação da proposta de alteração do sistema viário do Município de Itajaí/SC; - proposta de regulamentação do art. 76 da Lei Complementar Municipal nº 215/2012 como complementação do projeto de padronização de calçadas; - proposta de alteração da Lei Complementar Municipal nº 215/2012 para incentivo à construção de salas comerciais térreas nos empreendimentos multifamiliares; - criação de ZEIS para assentamento das famílias atingidas pela Via Expressa Portuária no Bairro Cordeiros. Aberto para sugestões e não havendo, a pauta foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade.

**III – Debate e votação das atas das reuniões anteriores:** Não havendo atas a apresentar, deu-se seguimento a reunião.

**IV - Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta:** Presidente passou a palavra ao Sr. Auri Pavoni que iniciou o debate falando da importância e preocupação que a atual gestão tem no que se refere à mobilidade urbana, afirmou que nos últimos 40 anos a única obra de destaque na mobilidade executada em Itajaí foi da Contorno Sul (Av. Abraão João Francisco), informou que hoje Itajaí tem mais de 35 pontos de gargalos no trânsito, disse ainda que as cidades litorâneas estão tendo um crescimento populacional em torno de 3,5% ao ano e ao que tudo indica esses índices devem permanecer pelos próximos anos e que neste caso, daqui a 20 anos Itajaí terá uma população estimada de 450.000 habitantes e se nada for feito agora a cidade entrará em colapso. Sr. Pavoni questionou também o fato de Itajaí não ser uma cidade arborizada, as calçadas também não tem largura ideal para o conforto e segurança dos pedestres. Baseado nas informações e pesquisas feitas pela equipe de engenharia de tráfego da Prefeitura, aos quais alguns estavam presentes, é que foram feitos projetos para execução a curto, médio e longo prazo, ou seja, para execução dentro de um período de 20 anos. Sr. Auri informou que o plano diretor de Itajaí prevê calçadas de um metro e oitenta centímetros a dois metros de largura e na maioria dos casos três metros de afastamento das calçadas aos imóveis, o problema é que este afastamento fica a disposição dos proprietários dos imóveis que o utilizam da maneira que melhor lhes convier. E a proposta é que as calçadas tenham no mínimo dois metros de largura e que o espaço de recuo fique a disposição da comunidade, para que sejam implantadas as padronizações das calçadas. Foram apresentados também os projetos

## ATA DA 99ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

viários para toda a cidade onde foi previsto abertura de novas avenidas, implantação de binários, alargamentos de vias existentes e implantação de ciclovias. Sr. Auri elencou quais projetos teriam prioridade nas desapropriações, que contemplam a alça viária onde se localiza a alcunhada “rótula do Vanolli”, o binário do centro e o alargamento da Rua Alfredo Eicke até a ponte de acesso ao Bairro Cordeiros. Sendo que para dinamizar o processo é necessário que o CMGDT autorize a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, para que o município consiga iniciar as desapropriações, sendo que os recursos utilizados na alça viária do Vanolli serão restituídos ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano depois da desafetação do trecho da Rua Bacharel Clito Cesar Rebello. Entre as obras apresentadas foi citada as desapropriações das famílias que estão morando há algumas décadas na linha do traçado da via portuária no bairro Cordeiros e que precisam ser alocadas em uma ZEIS a ser criada se autorizada pelo conselho. Sr. Auri Pavoni falou da importância de se criar uma lei que incentive a construção de salas comerciais térreas nos condomínios verticais multifamiliares. Aberta a palavra o conselheiro Josemar Siemann questionou que na 66ª reunião do conselho, onde foi deliberada a desafetação da rua citada, havia sido informado que o valor pago pela desafetação seria o mesmo do custo de implantação na alça viária do Vanolli e que agora não é isso que está sendo dito. O conselheiro Rafael falou que os custos de desapropriações do ano passado pra cá sofreram reajustes e que havia sido informado ao CMGDT que o valor da desafetação cobriria as desapropriações e que o custo de infraestrutura da via seria por conta do município. Rafael explicou que quanto mais demorar a se desapropriar os imóveis em questão, maior poderá ser a diferença de valores, disse que a liberação dos recursos do fundo vai acelerar o processo e que depois da desafetação esta verba voltará ao fundo para ser investido em outras obras. O conselheiro Eduardo questionou a possibilidade de se abortar o projeto da alça viária do Vanolli e investir no binário do São João que não necessita de desapropriações. Explicou-se que, independente do binário, a construção da alça é indispensável, pois será utilizada para conversão à esquerda no entroncamento das Ruas José Pereira Liberato e Heitor Liberato, bem como, o uso por caminhões para retorno a BR 101, conforme explicação do Diretor de Engenharia de Trânsito do Município, Engenheiro Marcelo Zimmer. Sra. Jade explicou que na época a matéria foi trazida de forma equivocada ao CMGDT no que se refere a desafetação do trecho de rua. Trata-se de uma desafetação e não de uma operação urbana vinculada a um determinado ente privado. Esclareceu que apesar de o processo ter sido tratado desde o início como uma desafetação que previa ainda a construção de uma loja da Havan no local, por esta ter manifestado oficialmente interesse pela área, não significa que o processo legal não deva ser observado, podendo e devendo o CMGDT rever esse ato. Disse ainda que a minuta do projeto de lei e toda a tramitação do processo não estão vinculadas a Havan e que deverão obedecer ao que preceitua a Lei Federal nº 8.666/1993, que obriga a abertura de procedimento licitatório para a posterior alienação do trecho de rua, e quem oferecer o maior valor será o proprietário daquela área. A conselheira Maria Inês afirmou que tem anotado na agenda que a desafetação foi votada anteriormente para atender a um pedido da Havan, a conselheira Amanda disse que o acordado seria de que a Havan arcaria com as despesas de desapropriação e implantação da alça viária. A convidada Sra. Jade disse que apesar de não ter participado deste processo no ano de 2016, entende que o conselho não pode deliberar matéria contrária a legislação federal, que diz que qualquer tipo de alienação de bem público tem que ser feito por processo licitatório. Marcelo esclareceu que o objeto da discussão está na necessidade de intervenção do sistema viário através da implantação da alça viária, sendo que uma das alternativas encontradas para fins de custeio das indenizações das desapropriações se dá com a alienação da rua que será desafetada. O conselheiro Josemar se pronunciou dizendo que também havia entendido de que a Havan é que executaria a obra da Alça Viária e que inclusive à época o representante da referida empresa afirmou que de posse das devidas liberações faria as obras em 90 dias, o

## ATA DA 99ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

mesmo solicitou também que fosse respeitado o direito a opinião de todos os conselheiros, independente da formação de cada um, disse que da forma em que estavam apresentando as propostas era o mesmo que o conselho passar um cheque em branco ao município, pois apesar de não saber qual o saldo disponível no fundo, ele estava certo de que não era suficiente para executar nem 10% dos projetos apresentados, disse ainda que aprovou todos os projetos e de que tinha certeza de que os mesmos são imprescindíveis para a cidade, porém gostaria que fossem elencados em ordem de prioridades quais seriam as sequencias das obras. Sr. Auri lembrou de que já havia dito quais as prioridades, porém lembrou as prioridades, e que não via como cheque em branco a autorização da utilização dos recursos do fundo, pois estava bem especificado qual o direcionamento dos recursos, falou que o projeto a custo de hoje deva estar avaliado em torno de quarenta milhões de reais, porém o projeto é para ser executado em mais de vinte anos. Sr. Auri salientou que o trânsito está emperrando o desenvolvimento de Itajaí, desta forma temos que começar essas mudanças o quanto antes, para que não seja tarde demais. A conselheira Flavia sugeriu que a cada etapa, seja feita uma reunião extraordinária para deliberação sobre a utilização do fundo. Sr. Auri disse que a intenção é que se blinde a utilização para esses fins, pois isso dará tranquilidade para dar andamento às desapropriações. Sr. Robson pediu a palavra para falar sobre a experiência que o mesmo tem junto ao CODETRAN e afirmou que as mudanças são emergenciais, pois a cidade já está um caos, disse que é favorável a liberação da verba; deu parabéns a equipe pela coragem de apresentar um projeto desta dimensão e que o mesmo se sente orgulhoso de estar participando deste momento junto ao conselho. Sra. Jade informou que concorda com a conselheira Flavia e que o processo para contratação de avaliações de imóveis está em fase final e que será elaborado por um profissional perito contratado e tão logo tendo esses valores em mãos, nada impede de se trazer para reanálise do processo pelo CMGDT. Sr. Osmar parabenizou pelos trabalhos, pediu para que se traga a ata da 69ª reunião e que seja mantido o que nela foi deliberado, disse que teme o fato de deixar engessada a utilização do fundo para um único fim, tendo em vista que em um período de vinte anos muita coisa emergencial pode aparecer, disse ser contra a utilização do fundo para o prolongamento da Rua Alberto Werner, sendo que o presidente Rodrigo Lamim o lembrou que essa matéria já havia sido deliberada e aprovada na gestão anterior, Srta. Maria Inês lembrou que o conselho vem sendo favorável a utilização do fundo em prol do desenvolvimento do município, disse que foi criada uma comissão de gestão do fundo e que até hoje o conselho só fez deliberações, porém nunca foi apresentado um balancete com os gastos e receitas do mesmo, e que esta prestação de contas já foi solicitada várias vezes e até agora não houve retorno; disse que o fato de se deliberar em favor da utilização do fundo para um único fim, também é na visão dela assinar um cheque em branco, disse que também é favorável a deliberações parciais conforme a necessidade. O Presidente se pronunciou mostrando-se decepcionado, pois na visão dele esta reunião seria de debates propositivos em favor desta nova fase do município e que a intenção era unicamente agilizar o processo para que se possa entregar essas obras o mais rápido possível para a comunidade, disse que se for da vontade da maioria a burocratização do sistema ele saberá respeitar, apesar de não entender, pois o que se ouve sempre é a reclamação das instituições burocráticas que procrastinam qualquer ação que seja benéfica para a sociedade. Srta. Amanda Schneider pronunciou sua insatisfação, pois solicitou a palavra várias vezes e não foi atendida, disse que fica difícil como conselheira emitir uma opinião quando o que se apresenta são vários projetos aos quais não se foram atribuídos custos, acredita na seriedade e na responsabilidade dos conselheiros quanto as propostas deliberadas e principalmente as que se referem ao fundo, disse que tudo que se refere ao solo criado tanto no que tange as arrecadações como os investimentos ela é contra, pois ela sempre foi contra a outorga onerosa, disse que também é favorável ao fracionamento da liberação do fundo e que só sejam apresentados para deliberação os projetos que já tiverem valores estimados de

investimento. Sr. Auri explicou que auferir valores fixos é impossível, e que tocar os projetos sem a certeza de uma fonte de recursos também inviabiliza a criação de um cronograma, explicou que a intenção é investir o que se tem de disponibilidade e que conforme os recursos forem entrando serão dados os andamentos aos projetos. O conselheiro Evandro Neiva disse nunca ter visto uma sinergia tão grande da equipe de urbanismo em prol de um projeto de longo prazo que vise à melhoria da qualidade de vida da população itajaiense, disse ter entendido a proposta e que compreende que quanto mais se esperar mais divergências terão nos valores que sempre serão atualizados. O conselheiro Nei elogiou o serviço feito pela equipe do Sr. Auri Pavoni em Balneário Camboriú e que é favorável que se avalize as propostas e projetos apresentados ao conselho. Sra. Jade disse que o Sr. Auri explanou todos os assuntos da pauta e que os mesmos serão deliberados separadamente, explanou brevemente cada item, explicando mais profundamente a questão da criação de ZEIS para assentamento das pessoas que hoje residem em cima do traçado destinado a Via Expressa Portuária. Explicou que as desapropriações se baseiam em um RGV (Relatório Genérico de Valores) aprovado pelo DNIT e que previa como indenização para as famílias que eram possuidoras, ou seja, não possuíam o título de propriedade, o valor médio de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) por imóvel e que com esse valor seria impossível instalar essas pessoas de maneira digna e que a consequência seria a invasão de outra área pública. Informou que depois de longa conversa e acordos junto ao DNIT foi autorizado à liberação da utilização dos recursos do convênio que estão depositados nas contas do município desde o ano passado, para fins de desapropriações, para que o mesmo seja utilizado nas construções de novas moradias, sendo que pra isso a prefeitura designou duas áreas próximas as que hoje são ocupadas para o assentamento das famílias e como as construções estarão fora dos padrões urbanísticos hoje designados pelo plano diretor, será necessário a aprovação de duas Zonas Especiais de Interesse Social, que será deliberada nesta reunião. Foram mostrados os projetos das residências que ficarão localizadas nos bairros Cordeiros e Nilo Bittencourt, bem próximos do local atual de habitat dos moradores. Informou que estão disponíveis aproximadamente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e que se não forem utilizados se corre o risco de perder esses recursos, informou que os mesmos são suficientes para a implantação dos loteamentos e construção das quarenta e sete unidades habitacionais e desapropriações dos demais imóveis que estão legalizados referentes ao primeiro trecho da obra. Tendo sido debatido e explicado todas as propostas de pauta, deram-se início as deliberações. - **Criação de ZEIS para assentamento das famílias atingidas pela Via Expressa Portuária no Bairro Cordeiros:** Presidente abriu as votações e a proposta foi aprovada com 13 (treze) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção da conselheira Amanda, sendo que a conselheira Valdete Cardoso teve que se ausentar da reunião. - **Alteração do sistema viário do Município de Itajaí/SC:** Em discussão o conselheiro Eduardo lembrou que na ocasião da deliberação do uso do fundo para utilização no prolongamento da Rua Alberto Werner, foram votados em conjunto outros projetos, então o mesmo sugeriu que fossem votados os projetos prioritários, que contemplam a alça viária do Vanolli e os binários do centro. Presidente reforçou que os recursos investidos na alça viária, deverão ser ressarcidos na com a alienação do trecho da Rua Bacharel Clito Cesar Rebelo, que será desafetado. Amanda questionou sobre a hipótese de não haver a desafetação e o presidente informou que neste caso a alça viária será concluída, pois faz parte do projeto viário, disse ainda que a desafetação e a consequente alienação terá de ser aprovada pelo legislativo, e se não for aprovada não terá desafetação. Maria Inês sugeriu que todos os conselheiros lessem a ata da 69ª reunião, onde foi deliberada a desafetação e que na próxima reunião fosse deliberado este assunto. Conselheiro Eduardo se pronunciou favorável a votação nesta reunião, pois independente da desafetação esta obra terá que ser executada. Conselheira Carolina Mussi relatou que sente orgulho quando passa em frente ao museu e sabe que lá foram aplicados recursos do fundo e que ela participou efetivamente da deliberação e

## ATA DA 99ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

que na época já se discutia o sistema viário e que já havia consenso em se utilizar os recursos para melhoria do sistema viário, como ela chegou um pouco mais tarde gostaria que fosse elencado qual era o cronograma de prioridade, onde foi informada que depois da alça viária do Vanolli, viriam as desapropriações para prolongamento da Juvenal Garcia, depois o alargamento da Rua Alfredo Eicke, depois a ligação da Rua Uruguai com a Rua Alfredo Trompowski, depois a ligação da Rua Umbelino de Brito com a Avenida Vereador Abrahão João Francisco e por último nesta etapa seria a ligação da Rua Herculanô Corrêa com a Avenida Coronel Marcos Konder, sendo esta a ordem cronológica desta primeira etapa na implantação do novo sistema viário. Carolina então questionou qual seria o custo desta primeira etapa, quanto havia de recursos disponíveis se os mesmos seriam suficientes para esta primeira etapa, o presidente respondeu que a estimativa ainda não estava pronta, porém o custo deve girar em torno de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Informou que na próxima reunião já se deva ter uma estimativa de saldo disponível e créditos a receber do FMDU, informou que o saldo não é suficiente, porém conforme forem entrando os recursos pendentes de recebimento e os recursos provenientes das novas outorgas onerosas as obras serão executadas conforme recursos disponíveis. Maria Inês questionou o fato de que na pauta não estava pontuado que seria votada a utilização do fundo para implantação do sistema viário e sim a apresentação dos projetos, disse que o conselho está disponível para se reunir quantas vezes forem necessárias para deliberar sobre este assunto e que de posse dos orçamentos bastaria convocar sessões extraordinárias, disse que isso não atrasaria o processo, ratificou que não tem como deliberar sem o conhecimento dos custos envolvidos, salientou que todos aprovaram os projetos, porém ela necessita de mais transparência no que diz respeito a valores. Conselheiro Eduardo se posicionou contra a conselheira dizendo que é impossível traçar custos de desapropriação sem uma autonomia de negociação, pois muitas variáveis podem aparecer durante a negociação e alterar os valores para mais ou menos do que previsto. O conselheiro Rafael vai verificar a possibilidade de apresentar na próxima reunião os custos do prolongamento da Alberto Werner, onde os custos de desapropriações ficaram abaixo do avaliado. Sra. Jade Martins Ribeiro solicitou a palavra e sugeriu que a proposta seja votada na seguinte formatação: **1ª** Deliberação para autorização do poder público para utilização dos recursos do fundo para desapropriação dos imóveis para implantação do prolongamento da Rua Luciano Pinheiro da Silva até a Rua Domingos Laureano para a implantação da alça viária de retorno a Rua José Pereira Liberato. **2ª** deliberação que garante a utilização do fundo para negociação dos projetos de desapropriações para prolongamento da Juvenal Garcia, alargamento da Rua Alfredo Eicke, ligação da Rua Uruguai com a Rua Alfredo Trompowski, ligação da Rua Umbelino de Brito com a Avenida Vereador Abrahão João Francisco e por último e nesta ordem a ligação da Rua Herculanô Corrêa com a Avenida Coronel Marcos Konder, com a condicionante que os recursos só sejam utilizados depois da apresentação pela comissão, dos custos estimados dessas obras (desapropriações e execuções) em reunião do conselho. Não havendo pronunciamentos contrários colocou-se primeiro em votação a autorização para o município utilizar os recursos do FMDU para iniciar o pagamento das indenizações pelas desapropriações dos imóveis na implantação do prolongamento da Rua Luciano Pinheiro da Silva até a Rua Domingos Laureano, para a implantação da alça viária de retorno à Rua José Pereira Liberato, devendo o valor arrecadado pela alienação da rua a ser desafetada ser depositado junto ao FMDU a título de reembolso, que foi aprovado por 10 (dez) votos a favor e 3 (três) contrários dos representantes da UNIBRAVA, Associação de Moradores do bairro de Cabeçadas e Associação de Moradores do bairro São João, sendo que o conselheiro Osmar também se ausentou da reunião. Em seguida colocou-se em votação a deliberação que garante a utilização dos recursos do FMDU para pagamento das indenizações dos imóveis que serão objeto de desapropriação para a execução do prolongamento da Juvenal Garcia, alargamento da Rua Alfredo Eicke, ligação da Rua Uruguai com a Rua Alfredo Trompowski, ligação da Rua

## ATA DA 99ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

Umbelino de Brito com a Avenida Vereador Abrahão João Francisco e por último e nesta ordem a ligação da Rua Herculano Corrêa com a Avenida Coronel Marcos Konder, com a condicionante que os recursos só sejam utilizados depois da apresentação pela comissão, dos custos estimados dessas obras (desapropriações e execuções) em reunião do CMGDT, sendo aprovado com 11 (onze) votos favoráveis e 02 (dois) contras da UNIBRAVA e São João. - **Proposta de regulamentação do art. 76 da Lei Complementar Municipal nº 215/2012 como complementação do projeto de padronização de calçadas:** Colocada em discussão o conselheiro Eduardo questionou quais os tipos de construção seriam obrigados a obedecer a Lei. Sra. Jade disse que até mesmo dentro da secretaria não existe um consenso, mas que a princípio seriam todos os tipos de construção, englobando os empreendimentos unifamiliares, multifamiliares e comerciais. Sr. Eduardo acredita que deveriam começar pelos corredores de comércio e serviços, pois se generalizar haverá muitos problemas pela frente. O Presidente sugeriu que a definição de quais imóveis seriam enquadrados nessa regulamentação fosse tratada em audiência pública, e não havendo mais questionamentos foi colocada em votação. Foi aprovada por 12 (doze) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção da UNIBRAVA a proposta de que o recuo frontal deverá ser incorporado ao passeio público, não podendo ser ocupado por elemento definitivo, quais sejam, cabines de abastecimento de energia, sistema de distribuição de água, abrigo de lixo, abrigo de gás, portaria ou guarita e que a incorporação do passeio público ao recuo frontal não afetará o direito de construir, mantendo-se os mesmos índices urbanísticos e parâmetros construtivos do imóvel, salientando que a definição quanto aos imóveis que deverão se enquadrar nesse dispositivo será objeto de deliberação em audiência pública a ser marcada. - **Proposta de alteração da Lei Complementar Municipal nº 215/2012 para incentivo à construção de salas comerciais térreas nos empreendimentos multifamiliares:** Colocada em discussão e não havendo discussão, foi colocada em votação e aprovada por 12 (doze) votos favoráveis e 1 (um) contrário da UNIBRAVA a proposta de alteração da Lei Complementar Municipal nº 215/2012 para incentivo à construção de salas comerciais térreas nos empreendimentos multifamiliares, sem afetar o direito de construir, mantendo-se os mesmos índices urbanísticos e parâmetros construtivos do imóvel, salientando que tal deliberação deverá também ser objeto de discussão em audiência pública a ser marcada. **V – apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião:** Não foram apresentadas propostas. **VI – manifestações gerais:** Não havendo outras manifestações dos conselheiros, o presidente declarou encerrada a reunião. **VII – encerramento:** Nada mais tendo a relatar, a reunião foi encerrada às 21h35min (vinte e uma horas e trinta e cinco minutos), da qual se fez lavrar a presente ata lavrada por mim, Taicil Cesar da Luz, secretário, que vai assinada, pelo Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, Rodrigo Lamim, e pelos demais conselheiros que assim desejarem. **Itajaí/SC, 22/05/2017.** \_\_\_\_\_(secretário) \_\_\_\_\_(Presidente).